


Conceitos vagos (definidamente) não têm extensões imprecisas

Vague concepts (definitely) do not have unsharp extensions

 10.21680/1983-2109.2025v32n68ID38056

Emerson Carlos Valcarenghi

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

ecvalcarenghi@yahoo.com.br

Resumo: Neste ensaio, argumentaremos contra a tese de que as extensões dos conceitos vagos são imprecisas. Também tentaremos mostrar que a admissão dessa tese nos arrasta para dificuldades de ordem epistemológica que são aparentemente intransponíveis para o semanticismo. Por fim, teceremos algumas breves observações sobre a relação entre o semanticismo e o fenômeno da metavaguidade.

Palavras-chave: Vaguidade; Extensões (Im)Precisas; Casos-limite de Vaguidade; Conhecimento de Proposições Vagas; Metavaguidade.

Abstract: In this essay, we will argue against the thesis that the extensions of vague concepts are unsharp. We will also try to show that the admission of this thesis leads us to epistemological difficulties that are apparently

insurmountable for semanticism. Finally, we will make some brief observations about the relationship between semanticism and the phenomenon of metavagueness.

Keywords: Vagueness; (Un)Sharp Extensions; Borderline Cases of Vagueness; Knowledge of Vague Propositions; Metavagueness.

1. A tese de que as extensões dos conceitos/predicados vagos são imprecisas^{1, 2}

principal tese a ser discutida aqui é a de que os Aconceitos vagos não possuem extensões precisas, pois, presumivelmente, não seria possível haver uma separação precisa entre, por exemplo, indivíduos calvos e não-calvos, ricos e não-ricos, altos e não-altos etc. Essa tese é constitutiva da concepção semanticista de tratamento da vaguidade e do sorites.³ Por conta disso, qualquer proposta que a desacute

¹ Além dos predicados, tem-se alegado que outras formas linguísticas também estariam sujeitas à vaguidade [confira van Rooij (2011)]. Seja tal alegação verdadeira ou não, o nosso interesse aqui repousará apenas sobre a vaguidade predicativa.

² A atribuição de conceitos e a aplicação de predicados serão tomados aqui como eventos intrinsecamente relacionados. Se o leitor deseja denegar essa relação, ele deve sentir-se autorizado a promover os ajustes que achar convenientes.

³ Com o uso do termo “semanticista” queremos agrupar as inúmeras abordagens multivaloracionais, o supervaloracionismo, o subvaloracionismo e as teorias incoerentistas da vaguidade (a posição niilista acerca da vaguidade também é de natureza semanticista, mas, até onde podemos enxergar, tal posição não assevera as teses que serão discutidas nesse texto). Para um levantamento panorâmico e introdutório da discussão, confira Sorensen (2022) e Ronzitti (2011). Para uma incursão histórica, contudo ainda bastante atual, confira Keefe; Smith (1996). Para mais detalhes, incluindo abordagens alternativas, confira, por

costuma soar contraintuitiva ao defensor do semanticismo. Tanto é assim, que ele invoca a contraintuitividade da visão da existência de cortes precisos nas extensões dos conceitos vagos para afastar propostas concorrentes de tratamento da vaguidade e dos argumentos soríticos.⁴ Mas, embora a intuição em questão possa ter sido havida com razoabilidade pelo semanticista, seu caráter metodológico é prolegomênico, não tem carga probatória *per se*.⁵ Assim, a tese de que os conceitos vagos não têm uma extensão precisa segue na arena do debate. *Alea iacta est!*

exemplo, Russell (1923), Black (1937), Sanford (1975; 2002), Wright (1975; 1994; 1996), Dummett (1975), Unger (1979), Ludlow (1989), Raffman (1994; 2011), Williamson (1992; 1994), Cargile (1996), Sainsbury (1996), Edgington (1996), Fine (1996), Tye (1996), Graff (2000), Sorensen (2001), Priest (2003), Varzi (2003), Hyde; Colyvan (2008) e Ferreira (2017).

⁴ O modo como, por exemplo, Priest (2003, p. 12-15) maneja a intuição em jogo exhibe o nosso ponto de forma emblemática. Ironicamente, o tratamento dos graus de verdade defendido por Priest em relação à vaguidade pode ser acusado de acarretar infinitos pontos de corte precisos nos valores de verdade das sentenças vagas e, conseqüentemente, nas extensões dos respectivos predicados. Sanford (2002), em defesa da imprecisão extensional dos predicados vagos, afirma que ela repousa no seguinte fato: dado que os graus de verdade, e, conseqüentemente, as predicacões vagas, são infinitários, não é possível estabelecer qual seria o grau inferior mais próximo de 0 nem o grau superior mais próximo de 1. Nós julgamos que a defesa de Sanford para a imprecisão fronteiriça dos predicados vagos não obtém êxito. Mais à frente, retomaremos o assunto.

⁵ Para uma discussão a respeito dos diferentes tipos de intuição e de suas diferentes funções metodológicas na execução da atividade filosófica, veja Valcarenghi (2022).

2. Por que, de acordo com a semanticismo, os conceitos/predicados vagos não teriam extensões precisas?

Grosso modo, o semanticista afirma que há três possibilidades básicas em relação à atribuição de conceitos vagos, ou à aplicação de predicados vagos, a itens quaisquer. A saber: (1) itens em relação aos quais os conceitos positivos são atribuídos de maneira determinada/definida; (2) itens em relação aos quais os conceitos negativos são atribuídos de maneira determinada/definida; e (3) itens em relação aos quais nem os conceitos positivos nem os negativos são atribuídos de maneira determinada/definida. Por exemplo, vamos considerar o conceito de ser (monetariamente) pobre. Consideremos também o conjunto de seres humanos, reais e puramente possíveis. Isso posto, o semanticista afirma que nesse conjunto há os que são (definidamente) pobres, há os que são (definidamente) não-pobres e há aqueles relativos à possibilidade (3), ou seja, aqueles que não são nem (definidamente) pobres, nem (definidamente) não-pobres. Nesse sentido, é indiferente, para algumas formas de semanticismo, dizer que alguém é pobre ou dizer que é *definidamente* pobre. Também é indiferente dizer que alguém é não-pobre e dizer que é *definidamente* não-pobre. Mas, não é indiferente para o semanticista dizer que alguém é *indefinidamente* pobre e dizer que não é pobre (ou que é não-pobre), bem como não é indiferente dizer que alguém é *indefinidamente* não-pobre e dizer que ele é pobre.⁶ E é claro

⁶ Alguns semanticistas não se incomodarão de ouvir alguém dizer que a sentença “João é pobre” e a sentença “João é definidamente pobre” são, de alguma maneira, redundantes, de modo que o condicional “Se João é pobre, ele é definidamente pobre” expressaria um truísmo. Mas, será anátema para o semanticista, se alguém disser que o condicional contrapositivo, “Se João não é definidamente pobre, então João não é pobre”, é verdadeiro. De

que, se alguém é indefinidamente pobre, esse mesmo alguém também é indefinidamente não-pobre, e vice-versa. E são os nem definidamente pobres, nem definidamente não-pobres aqueles que os semanticistas classificam como casos-limite, casos-limítrofes ou, ainda, casos-fronteiriços do conceito/predicado vago correspondente.⁷

Em admissível sintonia com o semanticismo, vamos assumir que a razão pela qual certo conceito vago, digamos *F*, têm extensões “turvas” ou “nebulosas” se deve ao fato de que ele dispõe de casos-fronteiriços, isto é, de casos que não são nem definidamente *F*’s, nem definidamente não-*F*’s (a expressão “casos que *não* são nem definidamente *F*’s, nem definidamente não-*F*’s” significa a mesma coisa que a expressão “casos que são nem definidamente *F*’s nem definidamente não-*F*’s”). Assim, a razão pela qual a extensão do conceito vago *F* não se separa com precisão da extensão do conceito, igualmente vago, não-*F* é a ocorrência dos casos-limite de *F*, os quais também seriam, obviamente, casos-limite de não-*F*. Dito de outra forma, a imprecisão congênita dos conceitos vagos *F* e não-*F* se deve ao fato de que é impossível que quaisquer de seus casos particulares constituam uma linha divisória capaz de estabelecer um corte preciso entre a coleção de casos positivos de *F* (a extensão de *F* propriamente dita) e a coleção de casos negativos de *F* (a extensão de não-*F* ou, dito de outro modo, a contraextensão de *F*).⁸

acordo com o semanticismo, ele é falso. Disso se segue que, para o semanticismo, a regra da contraposição não é logicamente válida.

⁷ Cf. McGee; McLaughlin (1994, p. 210).

⁸ Eventualmente, utilizaremos a expressão “antiextensão de *F*” para nos referirmos à contraextensão de *F* mais a coleção dos que, supostamente, seriam nem definidamente *F*’s, nem definidamente não-*F*’s. Simetricamente, ao empregarmos a expressão “antiextensão de não-*F*”, estaremos nos referindo à contraextensão de não-*F* (que

3. Vaguidade e diferentes tipos de fronteiras extensionais

Se temos sido fidedignos até aqui a respeito do semanticismo, é decorrente dessa abordagem que, se F é um conceito vago, então nenhum caso de F demarca precisamente a passagem para casos de não- F , e vice-versa. Isso não significa que os semanticistas não admitam separações de *amplo espectro* entre casos de F 's e casos de não- F 's. Semanticistas não negam que um indivíduo com 1 dinheiro possa ser pobre, enquanto outro, com 1 zilhão deles⁹, não possa ser rico e, por conseguinte, não-pobre. Mas, esse é um caso em que os indivíduos distam massiva ou “macroscopicamente” entre si em relação ao *quantum* de suas posses monetárias. A alegação do semanticista de que nenhum caso fixaria uma fronteira extensional precisa destina-se àquelas diferenças minimais ou “microscópicas”, no sentido de que, por menor que seja a diferença monetária entre dois indivíduos, ela não poderia colocar um deles num dos lados da extensão entre pobres e não-pobres e o outro do lado oposto.¹⁰

Para entendermos melhor a perspectiva semanticista de que nenhum caso particular de F ou de $\sim F$ faz divisória precisa

é obviamente a extensão de F) mais a coleção dos que, supostamente, seriam nem definidamente F 's, nem definidamente não- F 's.

⁹ Um zilhão será aqui um número tão imenso quanto for necessário aos objetivos do texto, tão grande quanto o leitor desejar e, em se tratando especialmente de posse monetária, de tê-lo.

¹⁰ Sainsbury (1996) afirma que os conceitos vagos são conceitos sem fronteiras. Porém, o sentido dessa afirmação obedece a ideia de que as fronteiras dos conceitos vagos seriam “nebulosas”, “grosseiras”, difusas, ou seja, tudo na perspectiva de que os conceitos vagos possuiriam faixas ou bandas análogas ao espectro da distribuição das cores, ao degradê de uma determinada cor ou ao agrupamento de itens em torno dos polos magnéticos (1996, p. 258).

em relação à respectiva contraextensão, vamos supor que haja três indivíduos: a com $n - 1$ dinheiros, b com n dinheiros e c com $n + 1$ dinheiros. De acordo com o semanticismo, independentemente de se b é pobre ou não-pobre, ele não pode separar extensionalmente os casos que lhe são contíguos, ou seja, a e c . Dessa forma, ambas as possibilidades a seguir são contraintuitivas para o semanticista: (i) se b com n dinheiros é pobre, então a com $n - 1$ dinheiros também é, pois a tem menos dinheiro do que b , mas c , com $n + 1$ dinheiros, é não-pobre; (ii) se b com n dinheiros é não-pobre, então c com $n + 1$ dinheiros também é, pois c tem mais dinheiro do que b , mas a , com $n - 1$ dinheiros, é pobre. Tais possibilidades são contraintuitivas ao semanticista, porque expressam casos que exemplificariam cortes precisos nas extensões de ser pobre e de ser não-pobre. Assim, e em consonância com a perspectiva semanticista, se b é pobre, a e c também são, se b é não-pobre, a e c também são não-pobres. E o princípio semanticista em jogo nessas considerações pode ser denominado de “princípio de aglutinação dos conceitos/predicados vagos”.

Em suma, podemos dizer, com razoável segurança, que a abordagem semanticista advoga o seguinte: em razão de os conceitos vagos possuírem casos determinados/definidos e também casos indeterminados/indefinidos, esses conceitos têm fronteiras extensionais imprecisas, algo que acarreta que nenhum caso particular de F ou de não- F estabelece uma divisória precisa em relação à respectiva contraextensão.

4. O fracasso das explicações semanticistas para a tese da imprecisão extensional dos conceitos vagos

Para entendermos melhor as discussões que se seguirão, é importante termos em mente as magnitudes ou grandezas que estão ligadas essencialmente aos respectivos conceitos

vagos. Se estivermos tratando do conceito de ser monetariamente pobre, a magnitude em jogo é a quantidade de moeda possuída, se estivermos tratando do conceito de ser jovem, a magnitude em jogo será o tempo de vida, se estivermos tratando do conceito de ser baixo, a magnitude em jogo será a altura etc., etc. Também é importante termos em mente que itens podem ser ordenados em série, em vista de suas diferentes magnitudes. Por exemplo, podemos imaginar séries de indivíduos ordenados a partir do que tem menos riqueza monetária para o que tem mais (ou vice-versa), do que tem menos tempo de vida para o que tem mais (ou vice-versa), do que tem menor altura para o que tem mais (ou vice-versa).

Isso posto, e até onde podemos divisar, a literatura semanticista assume, direta ou indiretamente, as seguintes explicações para a tese de que nenhum caso de *F* ou de não-*F* estabelece uma divisória precisa em relação à respectiva contraextensão, algo que acarretaria a imprecisão congênita dos conceitos vagos:

(I): Dado que entre um caso de *F* e um caso de não-*F* há casos indefinidos sobre se são *F*'s ou não-*F*'s, segue-se que um caso de *F* não se separa precisamente de um caso de não-*F* e, por conta disso, os conceitos vagos são extensionalmente imprecisos [confira, por exemplo, Wright (1996)];

(II): Dado que entre um caso de *F* e um caso de não-*F* há infinitos outros e, assim, não pode haver o último *F* que seja vizinho imediato do primeiro não-*F*, ou vice-versa, segue-se que um caso de *F* não se separa precisamente de um caso de não-*F* e, por conta disso, os conceitos vagos são extensionalmente imprecisos [confira, por exemplo, Sanford (1975; 2002) e McGee; McLaughlin (1994 p. 220-221)].

Tal como vemos, a explicação (I) está associada a uma forma de semanticismo que podemos chamar de “indefinicionista” (vide, por exemplo, o supervaloracionismo e a concepção trivalente dos valores de verdade). A explicação (II) está associada a uma forma de semanticismo que podemos chamar de “infinetista” (vide, por exemplo, a teoria dos infinitos graus de verdade).¹¹ A nossa tarefa é examinar em que medida, se houver alguma, as explicações acima são úteis para que o semanticista sustente sua tese da imprecisão extensional dos conceitos vagos.

Para mostrarmos que a explicação (I) não funciona conforme deseja o semanticista, vamos supor que a_0 com 0 dinheiros seja pobre e a_z com um zilhão de dinheiros seja não-pobre. Suponhamos também que, entre a_0 e a_z , haja uma série de indivíduos organizados em função da quantidade de suas

¹¹ Alguém poderia alegar que a distinção acima erra ao sugerir que a teoria dos infinitos graus de verdade não seria indefinicionista em relação à vaguidade. Não temos espaço para tratar apropriadamente dessa reclamação aqui. Vamos apenas observar que não é fácil associar a teoria dos infinitos graus de verdade ao indefinicionismo semântico acerca dos valores de verdade. Pois, quaisquer que sejam os graus parciais de verdade de uma proposição, eles são todos perfeitamente definidos. Dessa forma, a associação entre extensões (in)definidas e valores de verdade (in)definidos não parece ser direta. A teoria dos infinitos graus de verdade parece, ao menos, *prima facie*, compatível com a tese das extensões indefinidas [vide explicação (II)]. Mas isso não implica que os infinitos valores de verdade sejam eles mesmos indefinidos. Uma coisa é alegar que certo caso de vaguidade não pode funcionar como divisória extensional, pois haveria um continuum numérico na passagem entre as diferentes extensões, o que explica o fato das fronteiras extensionais dos conceitos vagos serem nebulosas, e a outra é dizer que o respectivo caso não teria um grau preciso de predicação do respectivo predicado vago e que a proposição que descreve o caso não teria um grau preciso de valor de verdade.

posses monetárias. Em adição, também vamos supor que a quantidade de indivíduos na série seja suficiente para cobrir todas as diferentes posses possíveis entre a_0 e a_z . Em outras palavras, não há *quantum* de posse monetária entre a_0 e a_z que não seja havida por, pelo menos, um indivíduo. Assim, se (I) é verdadeira, entre a_0 com 0 dinheiros e a_z com um zilhão de dinheiros há indivíduos acerca dos quais é indeterminado/indefinido se são pobres ou não-pobres. O semanticista deseja que isso acarrete que nenhum caso seja capaz de estabelecer uma divisa exata entre as diferentes categorias envolvendo a pobreza e a não-pobreza monetária. Isso posto, admitamos que, entre a_0 , que tem 0 dinheiros, e a_z , que tem um zilhão, haja a_n , que tem n dinheiros (onde $0 < n < z$). Ora, se todos os casos entre a_0 e a_z fossem de pobres ou de não-pobres, não existiriam casos indefinidos de pobreza/não-pobreza. Para a sobrevivência da explicação (I), é necessário, dado o tamanho hipotético da série, que entre a_0 e a_z haja, no mínimo, um caso indefinido quanto a ser pobre ou não (não importa aqui se ele é, ou não, equidistante de a_0 e a_z). Vamos então supor que a_n seja um caso de indefinição quanto a ser pobre ou não-pobre. Ora, se todos os casos que estiverem antes de a_n forem casos de pobreza, então temos uma separação precisa entre casos de pobreza e casos indefinidos de pobreza. A situação se repete para o segmento entre a_n e a_z . Se todos os casos entre a_n e a_z forem casos de não-pobreza, então temos uma separação precisa entre casos de indefinidamente pobres e casos de não-pobres.

O cenário seria diferente se multiplicássemos os casos de indefinidamente pobres/não-pobres entre a_0 e a_z ? Absolutamente, não. Afinal, se a_n é indefinidamente pobre/não-pobre, quaisquer casos de indefinidamente pobres/não-pobres a existir na série terão de ser imediatamente contíguos a a_n , ou imediatamente contíguos aos imediatamente contíguos a a_n , ou imediatamente

contíguos aos imediatamente contíguos aos imediatamente contíguos a a_n e assim por diante. Afinal de contas, não é possível que numa série de indivíduos ordenada pelo *quantum* de suas posses monetárias haja casos definidos *entre* casos indefinidos. Isso significa dizer que os casos se aglutinam em razão de suas categorizações extensionais. Para mostrarmos que sempre é possível separar casos definidos de indefinidos, consideremos a possibilidade de outro caso indefinido entre a_0 e a_n , a saber: a_{n-1} . Ora, se todos os casos entre a_0 e a_{n-1} forem definidos, então a_{n-1} constitui uma divisória precisa entre casos definidos e indefinidos. Se nem todos os casos entre a_0 e a_{n-1} forem definidos, então a_{n-2} tem de ser indefinido. Nesse caso, a_{n-2} poderia ser o caso divisório entre casos definidos e indefinidos. Se não for ele, então a_{n-3} é caso indefinido. O ponto é que podemos continuar esse processo até chegarmos a a_0 , que é óbvia e necessariamente um caso *definido* de pobreza monetária. Fato é que, para todas as possibilidades relevantes aventáveis, sempre teremos um caso separando com exatidão os casos definidos dos indefinidos de pobreza monetária. E vale obviamente a mesma coisa para o segmento entre a_n e a_z . Para vê-lo, vamos assumir que a_{n+1} também seja indefinido. Ora, se entre a_{n+1} e a_z só houverem casos definidos, então a_{n+1} faz divisa precisa com casos definidos de não-pobreza. Se a_{n+1} não é o caso divisório, então há mais casos indefinidos. Sendo assim, a_{n+2} também é indefinido e, dessa forma, poderia ser ele o caso divisório. Se a_{n+2} não for o caso divisório, então há mais casos indefinidos. Ou seja, a_{n+3} também é caso indefinido. Ora, assim como vimos antes, poderíamos proceder da mesma maneira até alcançarmos a_z , de forma que, para todas as possibilidades aventadas, sempre teríamos uma separação precisa entre casos indefinidos de pobreza/não-pobreza e casos definidos de não-pobreza monetária.

Em síntese, a argumentação acima pode ser repetida quantas vezes quisermos em consideração de um quarto, quinto, sexto etc. casos indefinidos aglutinados a a_n , seja de que lado da série for. O resultado será sempre o mesmo, ou seja: ainda que um caso de pobreza não se separe precisamente de um caso de não-pobreza, dado que entre eles haveria casos indefinidos, é *falso* que os conceitos vagos de pobreza e de não-pobreza sejam extensionalmente imprecisos. Afinal, a antiextensão do conceito de ser pobre, que seria composta pelos casos indefinidos de pobreza mais os casos definidos de não-pobreza, estará precisamente delineada em relação a todas as possibilidades supostas acima. E se esse é o caso, vale evidentemente o mesmo para a antiextensão do conceito de ser não-pobre.

No frígir dos ovos, a explicação **(I)** é não somente inútil para que a concepção semanticista assente sua tese da imprecisão extensional dos conceitos vagos, mas funciona como um cavalo de Troia contra essa concepção, já que permite mostrar exatamente o oposto. No fim das contas, a explicação **(I)** não impede a crença razoável de que os conceitos vagos têm extensões exatas, de maneira que o que verdadeiramente ocorre é que não podemos saber em absoluto – ou que não podemos saber *a priori* – onde se localizam exatamente as divisórias.

Vamos agora ao exame da explicação **(II)**. Nós tentaremos mostrar que, mesmo que uma série de casos de vaguidade tenha infinitas posições e que, por essa razão, não possa haver propriamente o último F que seja vizinho imediato do primeiro não- F , ou vice-versa, isso não impede que as extensões dos conceitos vagos sejam precisas. A questão crucial é a seguinte: se for possível separar todos os F 's dos não- F 's, sem quaisquer sobras, as extensões de F e de não- F serão determinadamente precisas. É o que, entre outras coisas relevantes, tentaremos mostrar abaixo.

Uma primeira e importante observação sobre (II) é que é falso que todos os conceitos vagos admitem infinitos casos *entre* dois casos quaisquer da série ordenada dos seus respectivos casos. Não importa quão vertiginosa seja a cifra de um zilhão. Entre a_0 e a_z , as diferentes magnitudes de posse monetária são em número finito. Sendo assim, entre quaisquer casos de pobreza e não-pobreza em uma série, há um último pobre e um primeiro não-pobre, e vice-versa. É claro que, pelo menos, *prima facie*, isso não significa que a série não poderia se estender ilimitadamente através do incremento de unidades de posse monetária. Não poderemos nos debruçar nesse assunto aqui, mas julgamos que haja muito boas razões para crermos que, *ultima facie*, aquele não pode ser mesmo o caso. De todo modo, seja o que for, fato é que, para conceitos cujas diferentes posições numa série distinguem-se apenas por unidades de números inteiros, não pode haver casos em número infinitário *entre* duas posições da respectiva série. Isso vale para os conceitos de pobreza, riqueza, calvície, “cabeludice” etc. (e, muito provavelmente, para os de burrice, inteligência etc.).

As considerações acima já bastariam para mostrar que a explicação (II) não é probatoriamente funcional ao semanticista. Afinal, ela exige que os conceitos vagos acomodem infinitos casos entre membros de uma série de casos de vaguidade, algo que não acontece com um incógnito número de conceitos vagos. Por essa razão, (II) não permitiria ao semanticista oferecer suporte à sua tese de que os conceitos vagos não têm extensão precisa. Em face da situação, não achamos que o semanticista morderia a bala e diria: “Muito agradecido por provar que os conceitos de pobreza, calvície etc. não são realmente vagos”. Pensamos que o semanticista retrucaria alegando que (II) valeria, então, para conceitos vagos como o de ser alto, por exemplo, já que esse, sim, permitiria, ao menos, *prima facie*, a existência de infinitos

casos entre um item alto e um não-alto. Contudo, veremos na sequência que, mesmo para tais casos, **(II)** se mostra falsa.

Para começarmos a ver por quais razões **(II)** é falsa, vamos supor, em consonância com essa explicação, que haja dois itens, a_m e a_n , e que a_m seja não-alto e a_n seja alto. Agora, vamos supor que, entre a_m e a_n , haja infinitos itens, com alturas iguais ou maiores do que a_m e com alturas iguais ou menores do que a_n (poderia, evidentemente, haver itens com alturas menores que a_m e maiores que a_n , mas isso não tem a menor importância aqui). Vamos conjecturar também que todos os itens entre a_m e a_n , estejam ordenados numa série cuja diretriz de ordenação seja a magnitude de suas respectivas alturas. Nesse caso, a_m está na posição inferior da série e a_n na posição superior. Temos, então, uma série de magnitude crescente entre a_m e a_n . Dado que há infinitos casos entre a_m e a_n , então, segundo **(II)**, não seria possível haver o último não-alto e o primeiro alto, ou vice-versa, e, por essa razão, as extensões dos conceitos vagos seriam imprecisas.

Bem, uma das coisas mais importantes dessa discussão é que entre a_m e a_n só pode haver, ou altos, ou não-altos. Afinal de contas, a série sob especulação não conta com uma divisão extensional tripartite dos definidamente altos, definidamente não-altos e indefinidamente altos/não-altos. Isso implica dizer que, em consideração da pertinência extensional dos itens constantes entre a_m e a_n , só há três hipóteses possíveis:

(a) ou há apenas não-altos entre a_m e a_n ;

(b) ou há apenas altos entre a_m e a_n ;

(c) ou há altos e não-altos entre a_m e a_n .

Vamos examinar a explicação **(II)** sob o prisma de cada uma das hipóteses acima. Vamos considerar a hipótese **(a)**, a de que entre a_m e a_n haja somente não-altos. Nesse caso, a_n terá de ser forçosamente o primeiro alto. Mas, sendo assim,

há uma separação exata entre as extensões de altos e não-altos, a saber: os não-altos serão todos aqueles cuja altura for inferior à de a_n e os altos serão todos aqueles cuja altura for igual ou maior que de a_n . Separação extensional mais exata impossível. Entretanto, é claro que entre a_m e a_n poderia haver apenas altos, ou seja, a hipótese **(b)** poderia ser vigente. Nesse caso, a_m será forçosamente o último não-alto. E, novamente, isso permite uma separação exata entre as extensões de altos e não-altos, a saber: os não-altos serão todos aqueles cuja altura for inferior ou igual à altura de a_m e os altos serão todos aqueles cuja altura for maior que a de a_m . Separação extensional mais exata impossível. Vamos chamar esse argumento de “*Rotina U*”.

Obviamente, as hipóteses universais **(a)** e **(b)** de preenchimento do segmento a_m e a_n não são exaustivas. Então, vamos assumir que a hipótese **(c)** seja vigente. Nesse caso, vamos supor que, entre a_m e a_n , temos a_o , que suporemos ser não-alto, e a_p , que suporemos ser alto¹². O ponto agora é o seguinte: se a_o é não-alto e a_p é alto, a_o antecede a_p na série. Nesse caso, a sequência dos itens relevantes para a argumentação em curso é a seguinte: $\{a_m...a_o...a_p...a_n\}$. É claro que, se a_o é não-alto, todos os itens que o precedem na série também são não-altos. E se a_p é alto, todos os itens que o sucedem na série também são. Por tais razões, não é possível que uma série ordenada, nesse caso, a partir das diferentes

¹² É importante notar que, para a discussão em andamento, não faz a menor diferença quais são as posições específicas ocupadas por ao e ap no interior da série am–an, se são mais próximas ou não desses casos, se são mais centralizadas ou não na série. Também não faria a menor diferença para a trama, se tivéssemos invertido a escolha dos personagens a serem altos e não-altos. Ou seja, seria indiferente se tivéssemos escolhido ao para ser alto e ap para ser não-alto. Isso apenas faria com que suas posições na série fossem invertidas, sem qualquer alteração no resultado final.

magnitudes de altura, disponha altos entre não-altos e vice-versa.¹³ Sendo assim, **(c)**, a hipótese de que o segmento entre a_m e a_n contenha altos e não-altos, tem como consequência transferir a relevância que o segmento entre a_m e a_n tem na discussão sobre a (im)precisão extensional dos conceitos vagos para um seu subsegmento, o segmento entre a_o e a_p . Vamos chamar esse argumento de “**Rotina P**”.

Mas, afinal de contas, o que significa dizer que a hipótese **(c)** transfere a relevância que o segmento entre a_m e a_n tem na discussão em curso para um seu subsegmento, o segmento entre a_o e a_p ? Significa dizer que aquela hipótese aplicada ao segmento entre a_m e a_n faz com que retornemos ao mesmo tipo de situação estabelecida no início da discussão. Em outras palavras, a **Rotina P** aplicada ao segmento a_m e a_n nos lança de volta para a **Rotina U**, apenas com um personagem diferente: o segmento a_o e a_p . Acontece que os resultados provenientes da aplicação da **Rotina U** sobre o segmento a_o e a_p serão obviamente os mesmos apresentados por ocasião da aplicação dessa rotina ao segmento a_m e a_n (caso o leitor tenha alguma dúvida sobre isso, pode para aplicar a rotina em questão como um exercício para compreensão). Em outras palavras, a aplicação da **Rotina U** e depois da **Rotina P** ao segmento a_m e a_n resulta no segmento a_o e a_p , o qual se torna disponível para aplicação das mesmas rotinas mencionadas. Fica claro que, a cada aplicação daquelas rotinas a um determinado segmento, outro resultará

¹³ As duas últimas afirmações são o tipo de verdade necessária que tem sido chamada de “conexão penumbral”. Afinal, se x com a medida de altura h é não-alto, então necessariamente y com a medida $h - 1$ também é não-alto. Da mesma maneira, se x com a medida de altura h é alto, então necessariamente y com a medida $h + 1$ também é.

e estará disponível para uma nova rodada de aplicações das mesmas rotinas *ad infinitum*.

Tal como vimos acima, podem haver infinitas rodadas de aplicação da **Rotina U** e da **Rotina P** aos segmentos interiores ao segmento entre a_m e a_n . O ponto nevrálgico é que, ao contrário do que se poderia inicialmente pensar, isso não modifica o fato de que, para cada rodada de aplicação das rotinas mencionadas, o resultado será estruturalmente o mesmo. Embora os subsegmentos sejam diferentes a cada nova rodada, eles estão sujeitos ao mesmo conjunto de hipóteses, o que fatalmente resulta no mesmo tipo de conclusão. E qual é essa conclusão? É a de que, uma vez que tenhamos uma série de casos de vaguidade que se estenda de um caso positivo a um negativo, é *sempre* possível separar com precisão, sem qualquer indeterminação, as extensões e contraextensões dos conceitos vagos correspondentes. Afinal de contas, ainda que haja infinitos casos entre um F e um não- F e mesmo que não possamos determinar vizinhanças imediatas ao último F ou ao primeiro não- F , ou vice-versa, isso não significa nem um pouco que os contornos das extensões de F e de não- F sejam indeterminados, indefinidos. Como nos mostrou a discussão anterior, para que seja possível uma fronteira extensional precisa, basta que seja possível a existência de um caso que funcione como divisória. Ainda que não possamos saber *a priori* quais são os itens e/ou as magnitudes particulares relativas aos casos divisórios, a discussão realizada até aqui mostra com clareza que eles são possíveis. Assim, a conclusão derradeira não pode ser outra, senão a de que a explicação (II) também é falsa.

5. Semanticismo e epistemologia: um casamento perturbador

Embora as concepções semanticista e epistemicista sejam rivais no tratamento da vaguidade e do sorites, elas compartilham a defesa de alguma forma especial de ignorância envolvendo os casos-limítrofes dos conceitos vagos.¹⁴ Assumindo que Carlos seja um caso-limítrofe de calvície, ambas as concepções sobremencionadas impõem limites, mais ou menos severos, em relação à possibilidade de se saber que Carlos é (definidamente) calvo ou que é (definidamente) não-calvo. O semanticismo defende uma ignorância necessária de pleno direito e de amplo espectro em relação aos casos-limite. Segundo essa abordagem, a ignorância envolvendo os casos-limite de vaguidade não depende da modalidade do conhecimento (se *a priori* ou *a posteriori*) nem do sujeito cognoscente possível. O fato é explicado muito simplesmente da seguinte maneira: uma vez que o conhecimento de uma proposição implica a verdade da respectiva proposição e uma vez que as proposições (ou quase proposições) relativas aos casos-limites seriam semanticamente indefinidas, elas seriam incognoscíveis (nem mesmo Deus poderia sabê-las).

Apesar disso, nem toda proposição vaga está cercada pelas brumas da ignorância. Proposições vagas que não versem sobre casos-fronteiriços estão a salvo. E muito embora

¹⁴ Para mais detalhes acerca do epistemicismo, confira, por exemplo, as abordagens de Williamson (1994), Cargile (1996), Sorensen (2001) e Valcarenghi (2024). Williamson admite que apenas um ser onisciente teria conhecimento dos casos-limítrofes. Sorensen argumenta que nem mesmo um ser onisciente poderia fazê-lo. Valcarenghi (2024) defende que a ignorância envolvendo os casos de vaguidade é exclusivamente apriorística, que *a posteriori* todos são cognoscíveis.

o semanticismo tenha dispositivos liminares para impugnar o conhecimento da proposição (ou quase proposição) de que Carlos é calvo/não-calvo, ela não consegue fazer o mesmo, por exemplo, com a proposição de que Carlos seria um caso indefinido de calvície ou com a proposição de que as sentenças “Carlos é calvo” e “Carlos é não-calvo” seriam semanticamente indefinidas.¹⁵ E, tal como vemos a matéria, esse fato tem implicações catastróficas para o semanticismo. Em seguida, tentaremos mostrar que, partindo das explicações semanticistas para o conceito de caso-limite e para a impossibilidade de se saber que um caso-limite é um caso-limite ou que a correspondente sentença semanticamente indefinida é semanticamente indefinida, alguém poderia usar tais informações como evidência adequada para demarcar com exatidão as extensões dos conceitos vagos, algo que, conforme já sabemos, seria devastador para o semanticismo.

Isso posto, vamos imaginar uma circunstância algo similar à do chamado “sorites da marcha forçada”.¹⁶ Nesse caso, vamos conceber um sujeito que seja linguística e cognitivamente competente/eficiente e que receba a incumbência de classificar indivíduos como calvos ou cabeludos (aqui no sentido principal de ter muitos cabelos, não especialmente o de ter cabelos longos). Os alvos da classificação estão lado a lado e formam uma fileira tão estratosférica quanto desejarmos. A fileira começa com alguém sem nenhum cabelo e cada membro se distingue do companheiro lateral por um relevo fio. Suponhamos também

¹⁵ Tais observações não pressupõem que qualquer proposição verdadeira seja cognoscível. Afinal, há verdades contingentes, os chamados “pontos-cegos epistemológicos”, cuja possibilidade de conhecimento está vedada para determinados sujeitos cognoscentes (cf. Sorensen, 1988).

¹⁶ Cf. Horgan (1994).

que os membros sejam apresentados ao classificador numa espécie de esteira rolante, em ordem crescente de quantidade capilar no topo do crânio e obedecendo o seguinte padrão de exibição: apenas o primeiro e o segundo, depois apenas o segundo e o terceiro, depois apenas o terceiro e o quarto e assim sucessivamente.¹⁷ A tarefa do classificador, que sabe que a exibição será conforme acabamos de descrever, é responder com sinceridade sobre se os membros do par exibido são ambos (definidamente) calvos, ambos (definidamente) cabeludos ou se um deles, e qual, é (definidamente) calvo e o outro (definidamente) cabeludo.

A ideia que rege o caso é a de que, tendo em vista a diferença ínfima de um mísero fio de cabelo entre os membros de cada uma das duplas, eles seriam indiscrimináveis entre si para o classificador no que concerne aos conceitos vagos em jogo.¹⁸ Esse tipo de diferença é o que o semanticista invoca para alavancar, não apenas a tese de que o sujeito não pode realizar um julgamento divergente em relação aos membros das duplas, mas principalmente para a tese de que diferenças do tipo não podem determinar passagens extensionais. Assim, apesar de sua competência linguística e eficiência cognitiva, o

¹⁷ Como exemplo de uma situação similar, imaginemos um exame optométrico. Nele, o especialista ilumina uma placa que tem caracteres inscritos e pergunta ao examinado quais são eles, ao mesmo tempo em que escurece as demais placas, tornando os caracteres nelas impressos invisíveis ao examinado.

¹⁸ A indiscriminabilidade em questão não precisa ser transitiva. Podemos conceber que, embora o classificador não seja capaz de distinguir os membros de uma dada dupla quanto a serem calvos/cabeludos, ele pode distinguir o primeiro membro de certa dupla já com o primeiro membro da dupla consecutiva. Sobre a intransitividade da indiscriminabilidade e sua relação com a vaguidade e o sorites, confira Williamson (2013).

classificador é incapaz, por razões puramente semânticas, de discriminar qualquer diferença no *status* de calvície/“cabeludice” entre os membros das duplas e, consequentemente, no *status* semântico das sentenças que os descrevem.¹⁹ O que subjaz ao caso, assume o semanticista, é a propriedade de os conceitos vagos serem tolerantes a microvariações na grandeza que os acompanha, sem que a classificação das duplas seja alterada. Isso forçaria o classificador a marchar em direção a um julgamento paritário, homogêneo entre os membros das duplas que se apresentassem a ele.

Contudo, uma vez que estamos falando de usuários dos conceitos de calvo e de cabeludo, que são os conceitos relevantes ao caso, em algum momento da sequência de classificações uma ruptura da homogeneidade classificatória necessariamente ocorrerá. Não é que ela meramente ocorre ou poderia vir a ocorrer. *Ceteris paribus*, ela *necessariamente* ocorrerá. Assim, em algum instante da apresentação das duplas ao classificador, ambos dos seus membros serão classificados como cabeludos, ainda que um deles já tenha sido classificado anteriormente como calvo (ou vice-versa, se o classificador tivesse começado pelos cabeludos e rumasse para os calvos).²⁰ Alternativamente, o classificador poderia

¹⁹ Nesse tipo de situação, o sujeito também poderia divergir de outro classificador quanto ao julgamento das duplas, sem que isso depusesse contra as suas competências/eficiências linguísticas e cognitivas [cf. Wright (1994) e McGee; McLaughlin (1994, p. 210)].

²⁰ Shapiro (2003) e Raffman (1994) explicam a suposta inconsistência do classificador por intermédio de uma abordagem pragmatista da vaguidade. De acordo com Shapiro (2003), à medida que o sujeito avança, ocorre uma mudança no registro conversacional empregado por ele na classificação das duplas. Segundo Raffman (1994), o classificador experimenta uma

ficar em dúvida sobre se os membros de certo par são ambos calvos, mesmo que no julgamento imediatamente anterior ele já tenha julgado como calvo um dos membros do atual par. E é essa a possibilidade que mais nos interessa aqui. Por quê? Por que o sujeito do caso poderia fazer uso do fato de ter ficado em dúvida em relação à classificação de um determinado par a fim de argumentar que poderia vir a crer, com admissível razoabilidade, que está diante de um caso-limite à moda semanticista dos conceitos de ser calvo/cabeludo. Nesse caso, o classificador poderia submeter o semanticismo ao seguinte raciocínio de redução ao absurdo:

“Vou supor que o semanticismo seja verdadeiro e que, em função disso, também o seja a tese da imprecisão extensional dos conceitos vagos. O fato de eu ter classificado convictamente as duplas iniciais ocorreu, de acordo com o semanticismo, em razão de o status semântico dos respectivos pares ser o de definidamente calvos. Não obstante, agora estou diante de um par de indivíduos, vou nominá-los de “Carlos” e “João”, acerca dos quais estou mergulhado em dúvida sobre se são: ambos definidamente calvos; ambos definidamente cabeludos; um definidamente calvo e o outro definidamente cabeludo; ou ambos indefinidamente calvos/cabeludos. Na classificação anterior, identifiquei Carlos como sendo calvo. Agora, estou genuinamente em dúvida sobre se mantenho, ou não, aquela classificação para Carlos e sobre como classifico João. Bem, se os casos de indivíduos que são definidamente calvos ou definidamente cabeludos são acompanhados de convicção na classificação, então o fenômeno da dúvida deve acompanhar os casos-limite de calvície/“cabeludice”. Em outras palavras, a minha dúvida só pode estar lastreada em algum impedimento semântico para que eu saiba se essa dupla é constituída apenas de calvos, apenas de cabeludos ou de um calvo e um cabeludo. E tal

mudança de gestalt que promove uma realocação das fronteiras extensionais.

impedimento só pode ter a ver com o fato de que, pelo menos, um dos membros da dupla é indefinidamente calvo/cabeludo. Nesse caso, estou diante de, pelo menos, um caso-limite dos conceitos em questão. Em rigor, pensando melhor, considerando que fiquei em dúvida sobre se mantinha ou não a classificação que havia dado anteriormente a Carlos, devo ter cometido um erro ao classificá-lo da maneira como o classifiquei antes e, assim, estou diante de dois casos indefinidos relativamente aos conceitos em foco. Isso posto, posso efetuar um recorte preciso na extensão dos calvos e crer que os definidamente calvos vão até certo ponto, depois por uma diferença de apenas uma unidade capilar, começam os cabeludos. Sendo assim, antes de Carlos e João só há definidamente calvos, depois deles só há definidamente cabeludos, enquanto eles, por sua vez, pertencem à categoria dos indefinidamente calvos/cabeludos. E, dessa forma, mesmo que haja casos semanticamente indefinidos relativamente aos conceitos vagos, não é verdade que a extensão, a contraextensão e a antiextensão de tais conceitos sejam difusas, turvas, imprecisas, de maneira que as diferenças de magnitude, por menores que sejam, não poderiam demarcar passagens extensionais. Segue-se que o semanticismo é falso”.

Ora, o nosso classificador parece ter construído um raciocínio impecável que, tudo indica, permite-lhe, pelo menos, crer razoavelmente que o semanticismo é falso. Afinal, o raciocínio por ele engendrado mostra que a tese semanticista da imprecisão extensional dos conceitos vagos entra em curto-circuito quando confrontada por certos elementos de natureza epistemológica. E sobre esse assunto cabem alguns esclarecimentos adicionais.

Primeiro, o caso do classificador não é uma metralhadora giratória que, por inadvertência, acaba alvejando também o epistemicismo. O classificador não acredita ulteriormente que Carlos e João são ambos calvos, ambos cabeludos ou um calvo e o outro cabeludo. O

classificador apenas admite que, em razão de estar em dúvida acerca do *status* desses indivíduos quanto àqueles conceitos e em razão da sintonia que tem de subsistir entre a (in)determinação semântica e a (in)determinação epistemológica, aqueles indivíduos se manifestam como casos indefinidos de calvície/cabeludice. Se extrairmos o argumento subjacente ao raciocínio do classificador, ele é, resumidamente, o seguinte: o semanticismo é verdadeiro (hipótese). Se é verdadeiro, conceitos vagos não têm divisas extensionais precisas e, por essa razão, não se pode saber onde se localizam precisamente as suas divisas extensionais. Se é verdadeiro, subsiste uma sintonia entre a (in)determinação semântica e a (in)determinação epistemológica. Considerando a fileira em que Carlos e João estão perfilados, se há dúvida sobre se Carlos e João são calvos/cabeludos, então a sintonia em questão implica que se pode saber que Carlos e João são indefinidamente calvos/cabeludos. Por conta disso, é possível saber onde estão as divisas extensionais precisas na fileira de calvos/cabeludos. Conceitos vagos têm divisas extensionais precisas. O semanticismo é falso.

Segundo, talvez a sofisticação intelectual do classificador extrapole a noção de falante competente padrão ou de agente cognitivo eficiente padrão. Só que não importa. Mesmo que extrapole, isso não depõe contra o caso do classificador e contra o uso desse caso num exercício de refutação da concepção semanticista sobre a vaguidade e o sorites. Se o semanticismo fosse verdadeiro, nem Deus poderia saber onde estariam as separações extensionais da fileira. Se o raciocínio do classificador permite que ele, no mínimo, creia razoavelmente onde estão aquelas separações, isso já basta para que o semanticismo sucumba em razão de sua atávica tese de que os conceitos vagos têm extensões imprecisas. Afinal de contas, se a abordagem semanticista não tem recursos para impedir que o classificador tenha crença

razoável a respeito da localização precisa das divisas extensionais, ela também não tem recursos para argumentar exitosamente pela ignorância do classificador quanto àquelas divisas.

Terceiro, inspirado por certas considerações que Shapiro (2003, p. 41-45) tece sobre casos análogos, alguém poderia tentar bloquear as consequências do caso do classificador apelando para o fato de que diferentes falantes competentes poderiam classificar de maneira diversa os casos de Carlos e João, pois, sem perderem suas competências linguísticas, dois falantes poderiam não ter nenhuma dúvida a respeito do *status* capilar de Carlos e João, ainda que seus juízos fossem divergentes. Tal objeção, porém, não seria sólida. Afinal, por força da própria posição de Shapiro, é possível que haja falantes competentes que fiquem em dúvida sobre como classificar os indivíduos em questão. O que Shapiro não considerou é que alguns deles poderiam ser tão sofisticados intelectualmente a ponto de especularem sobre a relação entre o fato de enfrentarem dúvidas perante certas duplas e a noção de indefinição semântica. Além do mais, a divergência classificatória entre falantes competentes só fornece mais combustível para a fogueira que faz arder o semanticismo. Isso por que o próprio classificador poderia arrolar, com segurança, a divergência entre falantes em questão como evidência adicional da indeterminação semântica que ronda os casos de Carlos e João, sem que ele próprio perdesse a condição de falante competente. Afinal, é bandeira semanticista que o espaço da indeterminação semântica é um espaço em que dois falantes competentes podem divergir em suas asserções e juízos classificatórios com predicados/conceitos vagos, sem que nenhum deles esteja errado e perca sua competência linguística devido à referida discordância (cf. Wright, 1994).

Quarto, na tentativa de salvar o semanticismo do desastre, alguém poderia rejeitar a ideia de que haveria

qualquer tipo de sintonia entre a convicção havida no julgamento de certos casos de vaguidade e a determinação semântica e entre a dúvida em relação a outros e a indeterminação semântica. No entanto, essa tentativa nos parece fragorosamente suicida. Afinal, a única coisa disponível ao semanticista para efeito de tornar razoável a sua intuição de que há indeterminação semântica nos casos-fronteiriços de vaguidade é o fato de que há casos claríssimos de ser calvo (alguém com 0 cabelos, por exemplo) e há casos obscuríssimos sobre se o indivíduo é calvo ou não-calvo (por exemplo, alguém com 999 cabelos cuidadosamente espalhados pelo topo do crânio: calvo ou não-calvo?). A ideia de que um falante/julgador competente/eficiente sofra uma pane diante de certos casos de vaguidade é parte essencial daquilo que tornaria razoável a intuição semanticista de que há casos em relação aos quais não haveria matéria de fato que tornasse possível responder perguntas do tipo “Alguém com 999 cabelos cuidadosamente espalhados pelo topo do crânio é calvo ou não-calvo?”. Parece-nos que denegar a sintonia entre a (in)determinação semântica e a (in)determinação epistemológica equivaleria a denegar a intuição semanticista, algo que a converteria apenas numa hipótese fantástica. Em adição, e adição fulminante, considere a possibilidade de que o classificador da nossa hipótese seja Deus. Se a vaguidade envolve indeterminação semântica, que é o que defende o semanticista, nem Deus, o ser cognitivamente perfeito, poderia saber casos-fronteiriços de vaguidade. Ora, e qual seria o estado mental de Deus ao deparar-se com casos desse tipo? Só poderia ser o de dúvida. Se o semanticismo é verdadeiro, Deus, estando na mesma situação do classificador, não poderia nem crer que Carlos ou João seriam calvos (ou não-calvos), nem crer que seriam cabeludos (ou não-cabeludos). Já os casos vagos cognoscíveis, Deus os saberia a todos. Em suma, e em consideração de que Deus seja o classificador, haveria uma sintonia perfeita entre a convicção

havia no julgamento de certos casos de vaguidade e a determinação semântica e entre a dúvida em relação a outros e a indeterminação semântica. Ora, considerando-se estritamente a visão semanticista, não parece haver melhor exemplo do que esse que acabamos de oferecer para expressar a relação que falantes/julgadores competentes/eficientes teriam de ter com sentenças e proposições vagas. Sendo assim, uma rejeição da sintonia sobredescrita não pode fazer parte do estoque de reações do semanticista diante do caso do classificador.

Quinto, e último, alguém poderia alegar que a propriedade da tolerância para diferenças minimais – aquelas que seriam supostamente indiscrimináveis ao classificador ao se deparar com as duplas de indivíduos no tipo de sucessão determinada pelo caso em foco – obrigaria, *epistemicamente falando*, o classificador a acreditar de forma homogênea ao longo de toda a fileira, quer rumasse dos (definidamente) calvos aos (definidamente) cabeludos, quer o oposto. Porém, a não ser que defendamos uma proposta inconsistentista ou paraconsistentista acerca dos conceitos vagos e, dessa maneira, viéssemos a adotar alguma forma de niilismo ou dialeteísmo sobre o tema, não se pode aceitar que o julgamento paritário das duplas se trate de uma norma epistêmica para o classificador.²¹, ²² Se fosse assim, não apenas creríamos

²¹ Confira Dummett (1975) para uma visão niilista dos conceitos vagos e a excelente discussão de Williamson (1994, cap. 6) sobre tal visão.

²² A passagem acima não quer sugerir que visões paraconsistentistas da vaguidade validariam os argumentos soríticos. Pelo contrário, elas tentam mostrar que ele não é globalmente válido. Mas, elas admitem que há contradições verdadeiras. Nesse caso, não parece que cometeríamos uma violência exegética ao argumentar que decorreria de tais visões a ideia de que seria razoável/racional ao classificador crer nas contradições geradas pelo movimento de

desavisadamente em contradições ao ir de um lado para o outro da fileira e depois às avessas, mas seríamos epistemicamente obrigados a fazer isso.²³ A questão é que não tem nada de epistemicamente obrigatório aqui. Afinal, as evidências para a classificação de indivíduos da fileira como

julgar homogeneamente todos os membros da fileira, primeiro numa direção, depois na outra. Numa linha diversa, temos Unger (1979) para quem o sorites é perfeitamente válido e também correto. Seu uso serviria, entre outras coisas, para provar que não existem objetos complexos ordinários, tais como mesas e cadeiras.

²³ Em face dos paradoxos envolvendo a vaguidade, mas não só deles, Sorensen (2001) sustenta que crença razoável/racional acarreta crença em infinitas contradições. No que tange à vaguidade, Sorensen é usualmente classificado como epistemicista. Todavia, Valcarenghi (2023) argumenta contra essa classificação e contra a tese de que a homogeneidade de julgamento deve, epistemicamente falando, ser a tônica do caso. Priest (1998; 2003) também deve pagar a amarga conta da tese de que crenças em contradições podem ser racionais/razoáveis. Ele deve fazê-lo, não só por que defende uma teoria dos graus de verdade para proposições vagas, o que acarreta que há, fatalmente, proposições vagas que são 50% verdadeiras e 50% falsas, mas também por que defende a perspectiva dialeteísta de que há contradições verdadeiras. Se há contradições verdadeiras, poder-se-ia não apenas crer razoavelmente em contradições, algo que Priest preconiza ao mencionar os paradoxos do Prefácio e da Loteria, mas se poderia até mesmo sabê-las. Talvez possamos colocar sob o mesmo prisma os tratamentos paraconsistentistas que defendem que as proposições que constituem casos-limite de vaguidade são ambas, verdadeiras e falsas [cf. Hyde; Colyvan (2008) e Cobreros (2011)]. Afinal, que limite haveria, nesses casos, para podermos saber contradições? Se contradições podem ser verdadeiras ou parcialmente verdadeiras, então, a despeito de também poderem ser falsas ou parcialmente falsas, elas teriam de poder ser conhecidas. Estamos preparados para aceitar que há conhecimento de proposições temperadas com falsidade? Penso que não.

sendo calvos ou cabeludos e, principalmente, a *carência* delas para os casos de dúvida, não sancionam a alegada obrigação. O princípio de tolerância dos conceitos vagos não sanciona a obrigatoriedade epistêmica de um julgamento homogêneo dos membros das duplas e consequentemente de toda a fileira nos termos que seguem: se o classificador começasse acreditando que a dupla em sua frente fosse de calvos, ele deveria, por pretensa exigência epistêmica, terminar acreditando que a última dupla também o seria e se o classificador começasse acreditando que a dupla em sua frente fosse de cabeludos, ele deveria, por pretensa exigência epistêmica, terminar acreditando que a última dupla também o seria. Trata-se justamente do inverso, pois, *por exigência epistêmica*, o classificador não pode ignorar as dúvidas que porventura lhe assaltarem no percurso da classificação dos pares da fileira. Em rigor, a ocorrência de tais dúvidas fornece evidência ao sujeito, não de que é falso que os conceitos vagos são tolerantes – eles inquestionavelmente o são – mas de que é falso que essa tolerância seja ilimitada e que ela não poderia chegar ao fim por uma diferença minimal.

6. Semanticismo e metavaguidade: um brevíssimo nada alentador

O ponto envolvendo semanticismo e metavaguidade o qual desejamos tratar aqui tem a ver com a preservação da vaguidade de uma linguagem-objeto em sua correspondente metalinguagem. Isso precisa acontecer, já que a vaguidade é linguisticamente pervasiva, inerradicável (cf. Williamson, 1994, p. 2-3). Conseguiria o semanticismo salvar a vaguidade da linguagem-objeto em sua correspondente metalinguagem?

Williamson (1994) tem argumentado que não.²⁴ Nós tentaremos fazer coro e acrescentar argumentos contra o semanticismo em sua relação com a metavaguidade. No mesmo movimento, iremos oferecer alguns arrazoados a fim de mostrar que a proposta semanticista de análise do conceito de caso-limite de vaguidade é, além de não-funcional, contraproducente (o epistemicismo e o pragmatismo têm explicações alternativas para o conceito em questão, contudo esses tratamentos não são o nosso alvo aqui).

De acordo com o semanticismo, os casos-limite do conceito vago *F* seriam aqueles em relação aos quais haveria uma indeterminação/indefinição sobre se são *F*'s ou não-*F*'s (vale evidentemente o mesmo para os casos-limite do conceito vago não-*F*). Em paralelo, os casos-limite também seriam aqueles que, em razão de não poderem ser os últimos *F*'s imediatamente vizinhos aos primeiros não-*F*'s, e vice-versa, não poderiam separar precisamente *F*'s de não-*F*'s. Isso posto, o primeiro ponto que queremos observar é que sentenças vagas têm de estar diretamente associadas a casos individuais de predicação de conceitos vagos. A sentença “Carlos é calvo” é vaga, porque o predicado “é calvo” é vago. Então, podemos dizer que a aplicação do predicado “é vaga” a sentenças subordina-se à aplicação de predicados vagos a indivíduos (apesar de útil, a distinção em jogo é rudimentar e não está assumindo qualquer compromisso com a teoria de que objetos possam ser vagos²⁵). Levando em consideração essas duas aplicações do conceito de vaguidade, tentaremos apontar

²⁴ Veja um pouco mais a respeito do assunto com Soames (2003) e Graff (2003).

²⁵ A discussão sobre se objetos podem ser vagos ou não – costumeiramente chamada de “vaguidade ôntica” – é extremamente sedutora. Todavia, não temos como fazer qualquer movimento em relação ao assunto aqui. Confira um levantamento em Lowe (2011).

algumas dificuldades para o semanticismo em vista do fenômeno da metavaguidade. Começaremos com a metavaguidade relativamente à aplicação de predicados vagos a indivíduos.

Vamos assumir que, se existe um fenômeno de metavaguidade em relação à predicação de casos individuais, então devem existir casos-limite de casos-limite, casos-limite de casos-limite de casos-limite e assim sucessivamente. Isso implica que haveria infinitos casos-limite de predicação de conceitos vagos. Não há óbice nenhum na assunção de que séries de casos vagos possam ser infinitas. Mas, há obstáculos incontornáveis se assumirmos que o infinitismo se dá *entre* dois casos de uma série. Afinal, não existem infinitos casos entre c_n , com n fios de cabelo no topo do crânio, e c_{n-1} com $n - 1$ fios de cabelo ou com c_{n+1} com $n + 1$ fios. Além disso, se fosse possível a ocorrência de metavaguidade em relação à predicação de conceitos vagos a indivíduos, os casos-limite de casos-limite teriam de apresentar propriedades relevantemente diferentes dos casos-limite *simpliciter*. Para constataremos que esse não é o caso, vamos assumir que c_n , o qual tem n fios de cabelo no topo do crânio, seja um caso indefinido de calvície. Por ser um caso indefinido de calvície, c_n é, de acordo com o semanticismo em geral, um caso-limite de vaguidade do conceito de ser calvo. Agora, o que poderia ser um caso-limite de c_n e, por essa razão, um caso-limite de um caso-limite? Ora, não existem casos hierárquicos, superiores ou inferior, de vaguidade em relação ao indivíduo c_n . Isso não faria o menor sentido. Então, os únicos candidatos a ensejar metavaguidade nessa conjuntura seriam os vizinhos imediatos de c_n . Por conseguinte, c_{n-1} com $n - 1$ fios de cabelo e c_{n+1} com $n + 1$ fios de cabelo. Na medida em que c_{n-1} e c_{n+1} são casos-limite de um caso-limite, eles também são casos indefinidos. Além do mais, se c_{n-1} e c_{n+1} são casos-limite de c_n , então, dada a colateralidade de c_n com tais casos-limite, c_n

também é caso-limite em relação àqueles casos. Em outras palavras, o *status* relevante de vaguidade dos três casos é o mesmo: são todos casos de indefinição sobre se serem calvos ou não, são todos casos-limite dois-a-dois entre si e mantêm dois-a-dois entre si uma proximidade minimal em relação às respectivas magnitudes. Onde estaria a ocorrência da metavaguidade aqui, se só conseguimos divisar a ocorrência de vaguidade *simpliciter*? Em outras palavras, a ideia deque haja metavaguidade sob o prisma da predicação de indivíduos parece ficcional. Afinal, os supostos casos de metavaguidade têm as mesmas propriedades relevantes que a dos casos de vaguidade *simpliciter*. Não há razão para acreditarmos que há metavaguidade na predicação de indivíduos.

Se há uma metavaguidade sentencial/proposicional de natureza semântica, então é algo que acontece em relação aos valores de verdade de tais itens. É assim que Tye (1996), por exemplo, tenta lidar com o fenômeno da metavaguidade quando afirma que as fronteiras entre os valores de verdade seriam *vagamente* vagas. Nesse sentido, haveria sentenças/proposições vagas verdadeiras, falsas e indefinidas. As indefinidas, que não são nem verdadeiras, nem falsas, exemplificariam os casos-limite de vaguidade sentencial. Mas, como também haveria metavaguidade, haveria os casos-limite de casos-limite, os casos-limite de casos-limite de casos-limite e assim por diante. A ideia geral é a de que há casos definidos de sentenças/proposições verdadeiras, há casos definidos de sentenças/proposições falsas e casos indefinidos quanto a serem as sentenças/proposições verdadeiras ou falsas. Mas, não só. Pois, se as fronteiras dos valores de verdade são *vagamente* vagas, então parece-nos que se poderia afirmar, não apenas que há sentenças/proposições indefinidas, mas que haveria também as indefinidamente indefinidamente indefinidas, as indefinidamente indefinidamente indefinidamente indefinidas e assim por diante. Ou seja, à

medida que o operador de definibilidade é reiterado em relação a certa sentença, ordens mais elevadas de metavaguidade seriam expressas e, destarte, presumivelmente, a linguagem que tivesse por objeto uma linguagem vaga também seria vaga, preservando a ubiquidade do fenômeno da vaguidade. Não obstante, há uma forte neblina pairando sobre essa tentativa.

Para facilitar a exposição da discussão que se seguirá, vamos adotar o símbolo “ Δ ” para o operador sentencial/proposicional “é definido que”. Admitindo que “ P ” simbolize uma sentença qualquer, semanticistas defendem costumeiramente os seguintes princípios envolvendo o operador supramencionado:

$$(\Delta): P \leftrightarrow \Delta P^{26}$$

$$(\sim\Delta): \sim\Delta P \leftrightarrow \sim\Delta\sim P$$

Assim, de acordo com (Δ) , se uma proposição/sentença é verdadeira, ela é definidamente verdadeira, e vice-versa. Contudo, o semanticista nega verdade aos condicionais contrapositivos clássicos vinculados ao princípio (Δ) , ou seja: não é verdade que, se P é indefinida, então P é falsa, e vice-versa. A contraposição clássica, bem como a dupla negação clássica, estão vedadas em relação ao princípio $(\sim\Delta)$. Além disso, é útil observar que $(\sim\Delta)$ é silente sobre a negação da bivalência.²⁷ O semanticista também sustenta o seguinte princípio em relação a operações de ordem superior:

²⁶ É importante registrar que o princípio (Δ) não é signatário do esquema T (cf. Keefe, 2004, p. 213-220).

²⁷ O princípio que o semanticista costuma advogar para tentar atingir ao propósito em foco é este: $(\sim\Delta'): \sim\Delta P \leftrightarrow (\neg P \ \& \ \neg \sim P)$. O símbolo “ \neg ” representa a negação fraca, de forma que “ $\neg P$ ” quer dizer o mesmo que “é falso que P ou é indefinido que P ” (e, óbvio, “ $\neg \sim P$ ” quer dizer o mesmo que “é falso que $\sim P$ ou indefinido que

$$(\Delta\Delta): \Delta P \leftrightarrow \Delta\Delta P$$

Em outros termos, uma proposição/sentença é semanticamente definida se, e apenas se, ela é definidamente definida. E quanto às indefinidas, como se dá a iteração? Bem, para evitar a supressão da vaguidade na metalinguagem, o semanticista postula o seguinte em relação à “ $\sim\Delta P$ ”:

$$(\sim\Delta\sim\Delta): \sim\Delta P \leftrightarrow \sim\Delta\sim\Delta P$$

Em outras palavras, uma proposição/sentença é indefinida se, e só se, ela é indefinidamente indefinida. E, claro, $(\sim\Delta\sim\Delta)$ permite que se escale do indefinidamente indefinido para o indefinidamente indefinidamente indefinido, e assim por diante. Dessa forma, a vaguidade seria supostamente preservada, quando da incursão em ordens mais elevadas da linguagem.

Mas, e a quanto à fórmula a seguir, como o semanticista deveria tratá-la?

$$(\Delta\sim\Delta): \sim\Delta P \leftrightarrow \Delta\sim\Delta P$$

$(\Delta\sim\Delta)$ afirma, em outros termos, que uma proposição/sentença é indefinida se, e somente se, ela é definidamente indefinida. Tal como vemos, a fórmula acima impõe um dilema ao semanticista. Por um lado, parece-nos que ele deveria rejeitá-la. Por outro, parece-nos que ele não poderia fazê-lo sem comprometer-se com algum tipo de inconsistência. É o que mostraremos na sequência.

$\sim P$ ”). O princípio em questão permite ao semanticista afirmar que sentenças/proposições indefinidas não são nem verdadeiras nem falsas, sem que isso acarrete uma contradição. De fato, quaisquer que sejam os eventuais defeitos de “ $\neg P$ & $\neg \sim P$ ”, essa fórmula não encerra uma contradição. Se $(\sim\Delta')$ consegue dizer genuinamente mais do que $(\sim\Delta)$, é algo que não perseguiremos aqui.

Para vermos por que a aceitação de $(\Delta \sim \Delta)$ provoca um estrago no semanticismo, vamos começar supondo que a sentença “Carlos, com n fios de cabelo, é calvo” seja semanticamente indefinida.²⁸ Nesse caso, e por força de $(\Delta \sim \Delta)$, essa sentença é definidamente indefinida. Sendo assim, Carlos seria um caso-limite de vaguidade. Mas, então, não seria impossível que Carlos fosse a porta divisória entre casos definidos e indefinidos de calvície. Por consequência, também não seria impossível que a sentença “João, com $n - 1$ fios de cabelo, é calvo” fosse definidamente verdadeira e a sentença “Pedro, com $n + 1$ fios de cabelo, é calvo” fosse definidamente falsa. Em outras palavras, não haveria nenhum valor de verdade vagamente vago aqui. No entanto, é claro que o semanticista poderia negar que “Carlos, com n fios de cabelo, é calvo” seja a *única* sentença indefinida nessa história. Ele terá então de argumentar que as sentenças “João, com $n - 1$ fios de cabelo, é calvo” e “Pedro, com $n + 1$ fios de cabelo, é calvo” também são indefinidas. Essa reação do semanticista seria uma tentativa de assegurar o vagamente vago via alegação de que uma rele unidade capilar não estabelece diferença extensional.

Acontece que essa manobra não garante absolutamente nenhuma vantagem teórica ou dialética ao semanticista. Afinal de contas, o mesmo argumento que usamos acima para o caso da sentença “Carlos, com n fios de cabelo, é calvo” pode ser repostado para as sentenças acima. Isto é, se as sentenças “João, com $n - 1$ fios de cabelo, é calvo” e “Pedro, com $n + 1$ fios de cabelo, é calvo” são indefinidas, então, segundo $(\Delta \sim \Delta)$, elas também são definidamente indefinidas. E, nesse caso, tal

²⁸ É importante notar que, embora a expressão “com n fios de cabelo” não seja vaga, sua intervenção na sentença “cn, com n fios de cabelo, é calvo” não ameaça em absolutamente nada a vaguidade dessa sentença.

como já argumentamos antes, elas poderiam fixar o contorno limítrofe das extensões, pois a sentença “João, com $n - 1$ fios de cabelo, é calvo” poderia ser a primeira indefinida e “Pedro, com $n + 1$ fios de cabelo, é calvo” a última, de modo que as sentenças “Marcelo, com $n - 2$ fios de cabelo, é calvo” seria definidamente verdadeira e a sentença “Otávio, com $n + 2$ fios de cabelo, é calvo” seria definidamente falsa. Numa tentativa de preservar a vaguidade na metavaguidade, o semanticista poderia assumir que o número de sentenças indefinidas acerca da calvície tem de aumentar. Poderia. Entretanto, o leitor atento já se deu conta que não importa quantas vezes o semanticista adicione sentenças relevantemente similares àquelas já invocadas. Se o princípio ($\Delta \sim \Delta$) é verdadeiro, o semanticista será obrigado a fazer isso *imparavelmente* para poder defender a tese de que o semanticismo é capaz de preservar a vaguidade na metavaguidade. Acontece que, se o semanticista fizesse tal coisa, ele estaria oferecendo um argumento de tipo sorítico na tentativa de defender sua posição perante os desafios que a metavaguidade lhe impõe.²⁹ E se o semanticista procede conforme acabamos de descrever, ele não tem como evitar a conclusão, patentemente falsa, de que todas as sentenças descrevendo a quantidade de cabelos de alguém e sua relação com a calvície são indefinidas. Para evitar a importação autoimplosiva de um sorites em sua tentativa de defesa da respectiva concepção, o semanticista teria de aceitar que alguma sentença indefinida seria terminal, que ela fixaria um ponto de corte preciso nas extensões dos predicados vagos.

Em resumo, se o semanticista aceitasse ($\Delta \sim \Delta$), ele teria de aceitar que seria possível usar uma sentença definidamente indefinida para promover um recorte exato entre sentenças

²⁹ Para diferentes formas de argumentos soríticos, veja Hyde (2011).

semanticamente definidas e indefinidas, o que lhe é uma ignomínia. Caso ele optasse por aumentar a quantidade de proposições indefinidas, a fim de tentar evitar a indesejável precisão extensional, ele teria de fazê-lo incontidamente, de modo que recorte algum seria possível, já que todas as sentenças vagas acabariam se tornando indefinidas, algo que também lhe é um opróbrio.

A alternativa que resta ao semanticista é a de rejeitar $(\Delta \sim \Delta)$. No entanto, isso também não acontece mansamente. Nada mansamente. O obstáculo está no fato de que o princípio (Δ) , que é basilar ao semanticismo indefinicionista, tem a mesma forma de $(\Delta \sim \Delta)$. Para constataremos o fato com mais clareza, vamos às fórmulas aludidas:

$$(\Delta): P \leftrightarrow \Delta P$$

$$(\Delta \sim \Delta): \sim \Delta P \leftrightarrow \Delta \sim \Delta P$$

Se agora substituirmos as sentenças/proposições que são o escopo do operador de definibilidade nas fórmulas acima pela metavariable sentencial “ Φ ”, veremos que (Δ) e $(\Delta \sim \Delta)$ têm a mesma forma. Isto é:

$$(\Phi): \Phi \leftrightarrow \Delta \Phi$$

E tem de ser assim, pois a descrição categorial das fórmulas expressas em (Δ) e $(\Delta \sim \Delta)$ é estritamente a mesma. A questão é que isso cria uma complicação grave para o semanticista. Afinal, que explicação nem circular nem *ad hoc* teria ele para defender (Δ) e denegar $(\Delta \sim \Delta)$? Não conseguimos divisar nenhuma.

6. Paralipômenos

De acordo com o que temos visto aqui, uma das teses cardiovasculares do semanticismo é a de que as partições extensionais dos conceitos vagos são, por razões estritamente

objetivas, completamente turvas, impossíveis de serem exatificadas. Nós mostramos que o semanticismo não dispõe de meios para sustentar essa tese, já que é possível exatificar as partições extensionais dos conceitos vagos independentemente do número de partições que existirem ou que arbitrarmos. Isso acontece por que nenhuma das perspectivas semanticistas examinadas – nomeadamente, a indefinicionista e a infinista – é capaz de impedir separações precisas entre *F*'s e não-*F*'s. Isso se confirma por intermédio de argumentos acerca do fenômeno da metavaguidade. Além disso, pudemos constatar também que o semanticismo é redutível ao absurdo por meio de uma hipótese em que certo classificador argumenta pela consonância entre a sua convicção no julgamento de certos casos e a determinação semântica e entre a sua dúvida em relação a certos casos e a indeterminação semântica. A hipótese permite argumentarmos que o semanticismo, que advoga a impossibilidade de divisão extensional exata dos conceitos vagos, é falso. Em síntese, os fenômenos da vaguidade e da metavaguidade se tornam alvo de labor exclusivo das concepções epistemicista e pragmatista. Por fim, é importante dizermos que, uma vez que as extensões dos conceitos vagos são precisas, fracassa a tentativa de alavancar a falsidade do princípio da bivalência por intermédio do emprego do fenômeno da vaguidade. Mesmo que esse princípio fosse falso, não seria por meio da vaguidade dos conceitos/predicados que se conseguiria demonstrá-lo.

Referências

BLACK, M. Vagueness: an exercise in logical analysis. *Philosophy of Science*. [v. 4, n. 4](#), p. 427-455, 1937.

CARGILE, J. The sorites paradox. In: KEEFE, R.; SMITH, P. (eds.). [*Vagueness: a reader*](#). Massachusetts: MIT Press, p. 89-98, 1996.

COBREROS, P. Paraconsistent vagueness: a positive argument. *Synthese*, v. 183, p. 211-227, 2011.

DUMMETT, M. Wang's paradox. *Synthese*, v. 30, p. 301-324, 1975.

EDGINGTON, D. Vagueness by degrees. In: KEEFE, R.; SMITH, P. (eds.). [*Vagueness: a reader*](#). Massachusetts: MIT Press, p. 294-317, 1996.

FERREIRA, S. S. *Vagueza como arbitrariedade: esboço de uma teoria da vagueza*. 2017. 166 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FINE, K. Vagueness, truth, and logic. In: KEEFE, R.; SMITH, P. (eds.). [*Vagueness: a reader*](#). Massachusetts: MIT Press, p. 119-150, 1996.

GRAFF, D. Gap principles, penumbral consequence, and infinitely higher-order vagueness. In: BEALL, J. C. (edit.). *Liars and heaps: new essays on paradox*. New York: Oxford University Press, p. 195-221, 2003.

GRAFF, D. Shifting sands: an interest-relative theory of vagueness. *Philosophical Topics*, v. 28, n. 1, p. 45-81, 2000.

HORGAN. T. Robust vagueness and the forced-march sorites paradox. *Philosophical Perspectives*, v. 8, Logic and Language, p. 159-188, 1994.

HYDE, D. The sorites paradox. In: RONZITTI, G. (ed.). *Vagueness: a guide*. Dordrecht, Heidelberg, London and New York: Springer. p. 1-18, 2011.

HYDE, D; COLYVAN, M. Paraconsistent vagueness: why not?. *Australasian Journal of Logic* (6), p. 107-121, 2008.

KEEFE, R. *Theories of vagueness*. Cambridge, UK: Press Syndicate of the University of Cambridge, 2004.

KEEFE, R.; SMITH, P. (eds.). [*Vagueness: a reader*](#). Massachusetts: MIT Press, 1996.

LOWE, E. J. Vagueness and Metaphysics. In: RONZITTI, G. (ed.). *Vagueness: a guide*. Dordrecht, Heidelberg, London and New York: Springer. p. 19-53, 2011.

LUDLOW, P. Implicit comparison classes. *Linguistics and Philosophy* v. 12, p. 519-533, 1989.

MC GEE, V.; MCLAUGHLIN, B. Distinctions without a difference. *The Southern Journal of Philosophy*, v. XXXIII, supplement, p. 203-251, 1994.

PRIEST, G. A site for sorites. In: BEALL, J. C. (edit.). *Liars and heaps: new essays on paradox*. New York: Oxford University Press, p. 9-23, 2003.

PRIEST, G. What is so bad about contradictions?. *The Journal of Philosophy*, v. 95, n. 8, p. 410-426, 1998.

RAFFMAN, D. Vagueness and observationality. In: RONZITTI, G. (ed.). *Vagueness: a guide*. Dordrecht, Heidelberg, London and New York: Springer. p. 107-121, 2011.

RAFFMAN, D. Vagueness without paradox. *The Philosophical Review*, v. 103, n. 1, p. 41-74, 1994.

RONZITTI, G. (ed.). *Vagueness: a guide*. Dordrecht, Heidelberg, London and New York: Springer, 2011.

RUSSELL, B. Vagueness. *The Australasian Journal of Psychology and Philosophy*, v. 1, n. 2, p. 84-92, 1923.

SAINSBURY, R. M. Concepts without boundaries. In: KEEFE, R.; SMITH, P. (eds.). [*Vagueness: a reader*](#). Massachusetts: MIT Press, p. 251-264, 1996.

SANFORD, D. H. Vague numbers. *Acta Analytica*, v. 17, n. 29, p. 63-73, 2002.

SANFORD, D. H. Infinity and vagueness. *The Philosophical Review*, v. 84, n. 4, p. 520-535, 1975.

SHAPIRO, S. Vagueness and conversation. In: BEALL, J. C. (edit.). *Liars and heaps: new essays on paradox*. New York: Oxford University Press, p. 39-72, 2003.

SOAMES, S. Higher-order vagueness for partially defined predicates. In: BEALL, J. C. (edit.). *Liars and heaps: new essays on paradox*. New York: Oxford University Press, p. 128-150, 2003.

SORENSEN, R. Vagueness. In: ZALTA, E. N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2022/entries/vagueness/>>. Acesso em 20/06/2023, 2022.

SORENSEN, R. A. *Vagueness and contradiction*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SORENSEN, R. A. *Blindspots*. New York: Oxford University Press, 1988.

TYE, M. Sorites paradoxes and the semantics of vagueness. In: KEEFE, R.; SMITH, P. (eds.). [*Vagueness: a reader*](#). Massachusetts: MIT Press, p. 281-293, 1996.

UNGER, P. There are no ordinary things. *Synthese*, v. 41, p. 117-154, 1979.

VALCARENGHI, E. C. Epistemicismo e semanticismo, vaguidade e sorites (aguardando publicação na *Revista Filosofia Unisinos*), 2024.

VALCARENGHI, E. C. Sorensen sobre a vaguidade e o sorites. *Veritas*, v. 68, n. 1, p. e44897, 2023.

VALCARENGHI, E. C. *Filosofia vs. Ciência: as atividades filosófica e científica em contraste (ou por que o naturalismo filosófico é uma barbárie)*. São Paulo: Dialética, 2022.

Van ROOIJ, R. Vagueness and linguistics. In: RONZITTI, G. (ed.). *Vagueness: a guide*. Dordrecht, Heidelberg, London and New York: Springer. p. 123-170, 2011.

VARZI, A. C. Cut-offs and their neighbors. In: BEALL, J. C. (edit.). *Liars and heaps: new essays on paradox*. New York: Oxford University Press, p. 24-38, 2003.

WILLIAMSON, T. Identity and Discrimination, revised ed., Chichester, UK: John Wiley & Sons Ltd., 2013.

WILLIAMSON, T. *Vagueness*. London and New York: Routledge, 1994 (reimp. em 2001).

WILLIAMSON, T. Inexact knowledge. *Mind*, new series, v. 101, n. 402, p. 217-242, 1992.

WRIGHT, C. Further reflections on the sorites paradox. In: KEEFE, R.; SMITH, P. (eds.). [*Vagueness: a reader*](#). Massachusetts: MIT Press, p. 204-250, 1996.

WRIGHT, C. The epistemic conception of vagueness. *The Southern Journal of Philosophy*, vol. XXXIII, supplement, p. 133-159, 1994.

WRIGHT, C. On the coherence of vague predicates. *Synthese*, v. 30, p. 325-365, 1975.

(Submissão: 23/10/24. Aceite: 30/06/25)